

**VALECREC SECURITIZADORA DE ATIVOS EMPRESARIAIS S.A**  
**CNPJ: 42.477.415/0001-09**

---

Tatuí-SP, 26 de abril de 2022.

Aos acionistas da

**VALECREC SECURITIZADORA DE ATIVOS EMPRESARIAIS S.A**

Senhores Acionistas,

A Administração da **VALECREC SECURITIZADORA DE ATIVOS EMPRESARIAIS S.A**, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras relativas ao período de 31 de dezembro de 2021.

Atenciosamente,

**VALECREC SECURITIZADORA DE ATIVOS EMPRESARIAIS S.A**

*Diretor Presidente*

**Valério Valdrighi**

---

Notas Explicativas às Demonstrações financeiras – Página | 1

Este documento foi assinado digitalmente por Jogy Tamura, Valerio Valdrighi e Jose Rafael Benedito Gomes.  
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código DFB0-B5CB-805A-474C.

**VALECRED SECURITIZADORA DE ATIVOS EMPRESARIAIS S.A**  
**CNPJ: 42.477.415/0001-09**

**Balço Patrimonial dos exercícos findos em:**  
(Valores expressos em reais)

<b>ATIVO</b>	<b>Nota</b>	<b>10.05.2021 a 31.12.2021</b>
<b>Ativo circulante</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	5	501.409
<b>Total do Ativo Circulante</b>		<b>501.409</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>501.409</b>
<b>PASSIVO</b>		
<b>Passivo Circulante</b>		
Obrigações Tributárias	6	610
<b>Total do passivo Circulante</b>		<b>610</b>
<b>Passivo Não Circulante</b>		
Debêntures	7	201.686
<b>Total do passivo não Circulante</b>		<b>201.686</b>
<b>Patrimônio líquido</b>	8	
Capital social		300.000
Lucros/Prejuízos do Exercício Corrente		(887)
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>299.113</b>
<b>Total do Passivo</b>		<b>501.409</b>

**VALECREC SECURITIZADORA DE ATIVOS EMPRESARIAIS S.A**  
**CNPJ: 42.477.415/0001-09**

**Demonstração do Resultado dos exercícios findos em:**

(Valores expressos em reais)

	<u>Nota</u>	<u>10.05.2021 a</u> <u>31.12.2021</u>
<b>Despesas operacionais:</b>		
Despesas gerais e administrativas		(2.888)
<b>Total das despesas operacionais</b>		<b>(2.888)</b>
<b>Lucro antes do Resultado Financeiro</b>	<b>9</b>	<b>(2.888)</b>
Receitas financeiras		2.633
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>10</b>	<b>2.633</b>
<b>Resultado antes das provisões</b>		<b>(255)</b>
(-) Provisão para imposto de renda		(237)
(-) Provisão para contribuição social		(395)
<b>Prejuízo líquido do período</b>		<b>(887)</b>

**VALECREDE SECURITIZADORA DE ATIVOS EMPRESARIAIS S.A**  
**CNPJ: 42.477.415/0001-09**

---

**Demonstração das mutações do patrimônio líquido dos exercícios findos em:**  
(Valores expressos em reais)

	<b>Capital Social</b>	<b>Prejuízos Acumulados</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo em 10 de maio de 2021</b>	<b>300.000</b>		<b>300.000</b>
Resultado do período		(887)	(887)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>300.000</b>	<b>(887)</b>	<b>299.113</b>

**Demonstração do fluxo de caixa dos exercícios findos em:**

(Valores expressos em reais)

	<b>10.05.2021 a 31.12.2021</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>	
Resultado antes do IRPJ e CSLL	(255)
Ajustado por:	
- Remuneração de debêntures	2.144
	<b>1.889</b>
<b>Aumento/(Diminuição) das contas passivas</b>	
Obrigações Tributárias	610
Partes Relacionadas	-
<b>Caixa proveniente/(usado) nas operações</b>	<b>2.499</b>
Imposto de renda e Contribuição Social Pagos	(632)
<b>Caixa líquido usado nas atividades operacionais</b>	<b>1.867</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>	
Integralização de Capital	300.000
Ingresso de Debêntures	199.542
<b>Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento</b>	<b>499.542</b>
<b>Aumento/(Diminuição) Líquida de caixa e equivalentes a caixa</b>	<b>501.409</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do período</b>	-
<b>Caixa e equivalentes de caixa no fim do período</b>	<b>501.409</b>

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2021.**

**1) Contexto Operacional**

---

A VALECREC SECURITIZADORA DE ATIVOS EMPRESARIAIS S.A, é uma sociedade anônima de capital fechado criada em 10 de maio de 2021, tem por objeto a exploração do negócio de aquisição e securitização de créditos não padronizadas, vencidas e/ou a vencer, performados ou a performar, originados de operações realizadas por pessoas físicas ou jurídicas nos segmentos comercial, industrial e prestação de serviços que sejam passíveis de securitização, conforme política de crédito devidamente aprovada pela diretoria. A companhia é tributada pelo Lucro Real e tem sede na Cidade de Tatuí, estado de São Paulo, na Rua Coronel Aurelino de Camargo, nº 550, 2º andar, bairro Centro, CEP: 18270-170.

**1.1 Impactos do Covid-19**

Desde o dia 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou pandemia. O surto provocado pela contaminação de COVID-19, que evoluiu e continua evoluindo, gerando impacto nas atividades globais. Tendo em vista as avaliações da Emissora, informamos que, até a data de divulgação dessas demonstrações financeiras, não observamos eventos e impactos financeiros relevantes dentro das operações destas Demonstrações Financeiras.

**2) RISCOS**

---

**2.1 Risco de mercado:**

Este tipo de risco está ligado à perspectiva de eventos adversos, que impactem os preços dos ativos transacionados e/ou sua liquidez. Esse risco está associado a variáveis macros sistêmicas, como inflação, taxas de juros, taxas de câmbio e outras.

**2.2 Política anti-inflacionária:**

No passado, o Brasil apresentou índices extremamente elevados de inflação e vários momentos de fragilidade nos controles inflacionários. As

medidas do Governo Federal realizadas para combate e controle da meta de inflação contribuem para a incerteza econômica e aumentam a volatilidade das taxas de juros dos títulos. Essas medidas podem, no futuro, ter um efeito material desfavorável sobre a economia e sobre os ativos que lastreiam as Debêntures emitidas pela Companhia.

### **2.3 Risco institucional:**

Este risco está associado à possibilidade de eventos adversos em âmbito da legislação, da regulamentação, do auto regulação (a cargo dos próprios agentes do mercado considerado) e do cumprimento dos contratos. Eventos como mudança na legislação tributária ou em regras estabelecidas por uma entidade reguladora se enquadram nessa modalidade de risco.

### **2.4 Risco fiscal**

A política fiscal é o conjunto de medidas tomadas pelo governo para que haja estabilização da economia, redistribuição de renda e a alocação dos recursos. Seguindo estes parâmetros, o governo planeja para 2022 alcançar a meta fiscal, aumentar investimentos e retomar o crescimento do país.

### **2.5 PIS/ COFINS:**

São tributos que tem a mesma base de cálculo e forma de cobrança similar, não justificando então duas contribuições com legislações próprias e quase idênticas. Assim, já é esperada a unificação dos impostos para 2022, receando, entretanto, o mercado com a expectativa de aumento das alíquotas. Havendo mudança no imposto existe o risco de a operação da Companhia sofrer um impacto direto, uma vez que suas receitas brutas são tributas pelo PIS/COFINS e atualmente estão enquadradas conforme as pessoas jurídicas referidas nos §§ 6º e 8º do Art. 3 da Lei 9.718/1998. Se aprovado os impostos deixarão de terem o efeito da “não cumulatividade” elevando demasiadamente as alíquotas –

PIS de 0,65% para 1,65% e COFINS de 4% para 7,6% – ocasionando também em um encarecimento da operação e possível fuga de clientes.

**2.6 Risco Operacional:**

Associado à possibilidade de eventos adversos intrinsecamente associados aos participantes do mercado, empresas e demais entidades, tal risco está ligado a práticas internas de gestão e a processos organizacionais.

**2.7 Risco de Crédito:**

O risco de crédito está associado à possibilidade de uma das partes de uma transação não cumprir sua obrigação com as demais, deixando de honrar compromisso financeiro assumido.

**2.8 Inadimplência:**

O quadro de recessão na economia afeta diretamente o ritmo de negócios e a geração de caixa das empresas. Conseqüentemente gera um aumento da taxa de juros por conta do cenário inflacionado e um aumento das restrições para se obter crédito, resultando assim, no aumento das taxas de inadimplência.

Com o aumento significativo da inadimplência é possível que os devedores dos créditos negociados com a Companhia não tenham capacidade de cumprir com suas obrigações e, como o pagamento dos investidores das Debêntures emitidas pela Companhia está baseado no pagamento dos direitos creditórios, isto pode alterar o retorno previsto pelos investidores.

**3) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

---

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas Práticas Contábeis brasileiras que compreendem a legislação societária brasileira, os

Pronunciamentos, as Interpretações e as Orientações emitidas pelo CPC e homologados pelos órgãos reguladores, e práticas adotadas pelas entidades em assuntos não regulados, desde que atendam ao **“Pronunciamento Conceitual Básico Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis emitido pelo CPC”** e, por conseguinte, em consonância com as normas contábeis internacionais.

#### **Continuidade**

As demonstrações contábeis foram elaboradas tendo como premissa que a Companhia está em atividade, e, assim irá manter-se por um futuro previsível, e ainda que existe o firme propósito de continuar suas atividades e que não se visualizou qualquer probabilidade de descontinuidade. Ainda para o lapso de doze meses, da data das demonstrações contábeis, não ficou caracterizada, por qualquer forma, inclusive por vontade da administração, a redução drástica na escala de suas operações.

#### **4) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

---

As demonstrações financeiras são elaboradas com o apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras são apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, provisão para receitas incorridas que ainda não foram faturadas, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões.

##### **4.1 Moeda funcional**

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, sendo o Real (R\$) a moeda funcional da Companhia.

#### 4.2 Reconhecimento de receita

i. Prestação de serviços

A receita de prestação de serviços é reconhecida com base na execução dos serviços previstos nos contratos celebrados entre as partes ou na própria conclusão dos mesmos, ou seja, quando os riscos significativos e os benefícios são transferidos para o comprador. Quando o resultado do contrato não puder ser medido de forma confiável, a receita é reconhecida apenas na extensão em que as despesas incorridas puderem ser recuperadas.

ii. Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica “Receita financeira” nas demonstrações do resultado.

#### 4.3 Reconhecimento de despesas

As despesas foram reconhecidas no resultado à medida da sua realização através do regime de competência. Foram reconhecidas simultaneamente com as receitas quando com estas tinham vínculo, em conformidade com o previsto na ITG 2000 (R1) emitida pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade.

#### 4.4 Impostos e contribuições

i. Imposto de renda pessoa jurídica e contribuição social sobre o lucro líquido – correntes

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) são calculados com base nas alíquotas vigentes (15%

para o IRPJ, 10% para o adicional de IRPJ sobre o lucro excedente a R\$ 240.000 por ano e 9% de CSLL) e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social para fins de determinação de exigibilidade, quando aplicável. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

ii. Imposto sobre serviços

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - Seguindo a Lei 10.684/2003, a alíquota da COFINS fica elevada para 4% (quatro por cento) para as pessoas jurídicas referidas nos §§ 6º e 8º do Art. 3 da Lei 9.718/1998. Entre elas as **sociedades de crédito imobiliário**.
- Programa de Integração Social (PIS) – 0,65%
- Imposto Sobre Serviços (ISS) – 2% a 5%;

#### **4.5 Instrumentos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração**

i. Ativos financeiros – reconhecimento e mensuração

Os ativos financeiros da Companhia são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado a valor justo, acrescidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro, que é composto pelo caixa e equivalentes de caixa, bancos conta movimento e aplicações de liquidez imediata.

A prática contábil adotada para os instrumentos financeiros foi pautada no que determinam as normas emitidas pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade: BC TG 39 (R1), NBC TG 40 (R3) e NBC TG 48.

#### **4.6 Ajuste a Valor Presente (AVP) de ativos e passivos**

A Companhia não pratica transações significativas a prazo com valores pré-fixados. Assim, os saldos dos direitos e das obrigações são mensurados nas datas de encerramento dos exercícios por valores próximos aos respectivos valores presentes.

#### **4.7 Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de “impairment”)**

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

A Administração avaliou o efeito deste procedimento e, nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro 2021 não identificou ajustes a serem contabilizados.

#### **4.8 Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)**

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado em bases confiáveis. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Todos os demais passivos foram classificados como não circulantes.

#### 4.9 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

#### 4.10 Tributos a compensar

Uma vez identificado valores de tributos passíveis de compensação, seja por recolhimento indevido ou a maior, tais valores devem ser contabilizados em contas do ativo, com a corresponde atualização, de acordo com a legislação de regência. Para efeito de contabilização e cômputo na base de cálculo do IRPJ e da Contribuição Social Sobre o Lucro, os juros devem ser apropriados pelo regime de competência. A empresa deverá manter controles extra contábeis dos créditos a compensar, bem como dos valores dos juros apropriados e dos valores compensados, para fazer prova frente a possíveis questionamentos por parte do Fisco.

#### 4.11 Informações por segmento

O CPC 22 requer que as operações por segmento sejam identificadas com base em relatórios internos utilizados pelos tomadores de decisão com a finalidade de alocar recursos aos segmentos e avaliar sua performance. A Administração efetuou a análise mencionada e concluiu que a Companhia opera em um único segmento (securitização de créditos) e por isso não há a necessidade de nenhuma divulgação adicional.

#### 4.12 Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes na data-base das demonstrações financeiras.

Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

#### 4.13 Evento Subsequente

A Companhia realizou uma análise em todos os eventos subsequentes, favoráveis, desfavoráveis, relevantes que pudessem influenciar significativamente o seu desempenho, com uma atenção especial no quesito da continuidade. Após esta análise nenhum evento importante e impactante foi constatado. Assim nenhum ajuste de saldo se fez necessário e nenhum fato importante para divulgação foi identificado em decorrência de eventos subsequentes.

### 5) Caixa e Equivalentes de Caixa

---

O Caixa e equivalentes de caixa incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa, se aplicável. O caixa e equivalentes de caixa existentes na sociedade compõem-se da seguinte forma:

Descrição	10.05.2021 a 31.12.2021
Banco C/ Movimento	501.409
<b>Total de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>501.409</b>

## 6) Obrigações Tributárias

A conta “Obrigações Tributárias” está relacionada a impostos e contribuições os quais foram gerados no decorrer do período.

Descrição	10.05.2021 a
	31.12.2021
IRPJ A Pagar	373
Contribuição Social a Pagar	237
<b>Total de Obrigações Tributárias</b>	<b>610</b>

## 7) Debêntures

A Companhia realizou a 1ª (primeira) emissão privada de debêntures, em 04 de agosto de 2021, onde foram emitidas 500.000 (quinhentas mil), sendo 400.000 (quatrocentas mil) de espécie simples e sem subordinação e 100.000 (cem mil) de espécie subordinada, sendo todas conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (um mil reais) perfazendo o montante de R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), realizada em 9 (nove) séries, com as seguintes características:

- As debêntures da 1ª série, composta por 50.000 (cinquenta mil) debêntures farão jus a remuneração do IPCA + 5% (cinco por cento) capitalizados anualmente.
- As debêntures da 2ª série, composta por 50.000 (cinquenta mil) debêntures farão jus a remuneração do IPCA + 5,5% (cinco inteiros e cinco décimos por cento) capitalizados anualmente.
- As debêntures da 3ª série, composta por 50.000 (cinquenta mil) debêntures farão jus a remuneração do IPCA + 6% (seis por cento) capitalizados anualmente.
- As debêntures da 4ª série, composta por 50.000 (cinquenta mil) debêntures farão jus a remuneração equivalente a 110% (cento e dez por cento) do CDI.

- As debêntures da 5ª série, composta por 50.000 (cinquenta mil) debêntures farão jus a remuneração equivalente a 120% (cento e vinte por cento) do CDI.
- As debêntures da 6ª série, composta por 50.000 (cinquenta mil) debêntures farão jus a remuneração equivalente a 130% (cento e trinta por cento) do CDI.
- As debêntures da 7ª série, composta por 50.000 (cinquenta mil) debêntures jus a remuneração de 1% (um por cento) ao mês.
- As debêntures da 8ª série, composta por 50.000 (cinquenta mil) debêntures jus a remuneração de 0,5 % (meio por cento) ao mês.
- As debêntures da 9ª série, composta por 100.000 (cem mil) debêntures farão jus a remuneração de 1% (um por cento) ao mês.

As debêntures estão dispostas da seguinte maneira:

<b>Descrição</b>	<b>10.05.2021 a</b>
	<b>31.12.2021</b>
Debêntures – 1ª Emissão	199.542
Juros s/ Debêntures – 1ª Emissão	2.144
<b>Total de Debêntures</b>	<b>201.686</b>

## **8) Patrimônio Líquido/Passivo a descoberto**

### Capital Social

O Capital Social é de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), totalmente integralizado, representado por 300.000 (trezentas mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

### Prejuízos acumulados

A Companhia apresentou um prejuízo do período no montante de R\$ 887,06 (oitocentos e oitenta e sete reais e seis centavos) que será somada a conta prejuízos acumulados. Esse saldo será amortizado em períodos futuros a medida em que a Companhia auferir lucros.

**9) Resultado Operacional**

O Resultado Operacional é composto de receitas operacionais deduzidas às despesas operacionais, composto por:

	10.05.2021 a
	31.12.2021
Resultado operacional	
(-) desp. operacionais e administrativas	(2.888)
<b>Resultado operacional</b>	<b>(2.888)</b>

**10) Resultado Financeiro**

O Resultado Financeiro é composto de receitas financeiras deduzidas às despesas financeiras, composto por:

	10.05.2021 a
	31.12.2021
Resultado financeiro	
Receitas financeiras	2.633
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>2.633</b>

**11) Instrumentos Financeiros**

Os instrumentos financeiros ativamente utilizados pela Sociedade estão substancialmente representados por caixa e equivalentes de caixa, direitos creditórios a receber e títulos e valores mobiliários, realizado em condições usuais de mercado, estando reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis considerando-se os critérios descritos no item 2.

Valorização dos instrumentos financeiros:

O principal instrumento financeiro ativo em 31 de dezembro de 2021, bem como os critérios para sua valorização, está descrito a seguir:

**Caixa e equivalentes de caixa (nota 5):** os saldos mantidos em contas correntes bancárias.

**Debêntures (nota 7):** considerando a natureza dos débitos específicos, não há valor de mercado comparável com os saldos contábeis em 31 de dezembro de 2021.

Tatuí - SP, 26 de abril de 2022.

---

Valério Valdrighi  
Diretor Presidente

---

José Rafael Benedito Gomes  
Diretor Vice Presidente

---

Jogy Tamura  
CPF: 836.047.588-15  
CRC/SP: 1SP114.903/O-0

## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/DFB0-B5CB-805A-474C> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

**Código para verificação: DFB0-B5CB-805A-474C**



### Hash do Documento

42AFF3CF22FC9A488E20F22CB810A7F153493C72E36A4FF4AF6BB26781B8081D

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 21/07/2022 é(são) :

- Jogy Tamura (Parte) - 836.047.588-15 em 15/07/2022 16:59  
UTC-03:00  
**Tipo:** Certificado Digital
- Valerio Valdrighi (Parte) - 021.054.308-64 em 14/07/2022 14:47  
UTC-03:00  
**Tipo:** Certificado Digital
- Jose Rafael Benedito Gomes (Parte) - 309.613.418-90 em  
14/07/2022 14:46 UTC-03:00  
**Tipo:** Certificado Digital

